



OS EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A LÍNGUA NO ENEM

Anderson Lins Rodrigues¹

Introdução

Em 1998 o Brasil está inserido em um contexto de mudanças sócio-políticas desencadeadas pela intensa urbanização, expansão do sistema educacional e pelo desenvolvimento tecnológico, resultados da Revolução Industrial. Tudo isso converge para a necessidade de atribuir um peso significativo à educação enquanto instrumento qualificador da mão de obra necessária ao novo mercado de trabalho. Nesse cenário, surge o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como meio pensado para reestruturar o ensino médio e nortear discussões para novas políticas educacionais do Brasil.

Ao longo dos anos, o Enem se expande, cresce e adquire espessura política em face das relações entre sociedade e trabalho. Atualmente, além de certificar e avaliar esse nível de ensino, o exame também é um importante instrumento de ingresso em muitas universidades – aproximadamente 600. Esse número, a cada ano, se amplia, pois muitos brasileiros recorrem ao exame, objetivando o ingresso no nível superior.

Em 2009, o Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituto responsável pelo exame, lançou uma nova Matriz de Referência para o Enem. Neste documento, há cinco eixos cognitivos que são comuns às quatro áreas do conhecimento das provas do exame: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Essa última área se caracteriza pela abordagem das muitas formas de manifestação da linguagem, bem como por veicular questões sobre língua portuguesa.

A Matriz de Referência para o Enem e também os documentos oficiais que regem o ensino médio (PCN, 2002; OCEM, 2006; entre outros) recomendam a abordagem linguística a partir de uma perspectiva heterogênea, o que nos leva a supor que as representações sobre a língua, neste exame, devem tomar a heterogeneidade como pressuposto.

No entanto, considerando que são muitas as representações sociais que circulam sobre a língua, ora entendendo-a como um código abstrato e desvinculado das práticas sociais, ora relacionando-a a usos e práticas sociais diversas, levantamos a hipótese de que o discurso acerca da língua nas questões de língua portuguesa do Enem se constitui de forma tensa, a partir do entrecruzamento dessas representações.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Letras – Universidade Federal de Campina Grande.



Uma reflexão teórica sobre os efeitos de Sentido à luz da Análise de Discurso (AD)

A AD se constituiu em meados da década de 1960, tendo como objeto o discurso – objeto atravessado pela língua e pela ideologia. Essa noção de discurso nos propõe que o interpretemos enquanto espaços de regularidades associados a condições de produção. Isso nos leva a crer que a relação entre enunciadores e entre enunciados não são dimensões posteriores a uma estrutura linguística constituída já, “mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua” (MAINGUENEAU, 1993, p. 21).

A AD, nesse sentido, propõe que o discurso é efeito de sentido entre locutores – sujeitos sócio-histórico-ideologicamente constituídos. Para ele (o discurso) convergem o social e o histórico, com suas normas e coerções inscritas, necessariamente, em formações discursivas. Por isso, o discurso é marcado ideologicamente, submetido à história e acontece em e a partir de condições determinadas (ORLANDI, 2005).

Portanto, não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. É dessa relação primeira que surgem os discursos, advindos dos “sujeitos-posições-história”. É no discurso e através dele que podemos perceber a relação de atravessamento entre língua e ideologia e também perceber as relações de sentido entre discursos, pois há sempre o lugar do Outro no discurso, ou seja, todo discurso remete a outro ou a vários outros possíveis, a depender das condições de produção.

No entorno do discurso, orbitam questões que inquietam a AD e, por isso mesmo, constituem o campo de atuação dessa disciplina. A “constituição” do indivíduo em sujeito e, nesse processo, a importância de sua exposição à historicidade, às ideologias constitutivas do interdiscurso, são, sem dúvida, questões merecedoras de algumas reflexões, uma vez que nossa pesquisa é perpassada por tais noções.

Para avançarmos na discussão sobre a linguagem, é pertinente dizer que a AD contempla a língua e a produção de sentidos a partir de alguns conceitos que merecem nossa atenção, tais como: Interdiscurso, Formação Discursiva, Interpretação, entre outros. Conceitos que discutiremos nas páginas seguintes por serem necessários à consecução dos objetivos desta pesquisa.

Interdiscurso e Formação Discursiva (FD)

Ao iniciar nossas reflexões sobre esses dispositivos teóricos da AD (Interdiscurso e FD), é válido dar relevo ao fato de que os abordaremos a partir da relação existente entre eles, pois são tão próximos que separá-los poderia levar a confusões terminológicas.

Nesse sentido, a fim de tratarmos de algumas noções sobre tais dispositivos, partimos das ideias de Grigoletto (2002, p.33), quando pondera que “é o interdiscurso que aparece no cerne do processo de constituição dos sentidos, enquanto, pode-se dizer, as formas de agrupamento dos sentidos seriam as formações discursivas”.

Com base nessas reflexões, propomos que o interdiscurso pode ser entendido como um conjunto disperso de enunciados a que o sujeito é exposto e, assim, constitui a memória do dizer, ou seja, o a-dizer, com “seus sentidos” e com ideologias que estão nesse fio transversal que nos constitui enquanto sujeito/posição-sujeito.

Essa reflexão nos conduz a outras: o sentido, a ideologia não parte de nós, pois não somos origem, mas efeito. É essa força material que nos constitui em sujeitos da ideologia. Ideologias nos perpassam, nos tornam clivados, cindidos. Elas estão nestes enunciados que, em seu conjunto, constituem o interdiscurso.

É sempre pertinente enfatizar, ao pensar em interdiscurso, que tomamos esse conceito como eminentemente plural, pois são inúmeros os enunciados que, de alguma forma, captamos e, por ele, somos captados. Eles (enunciados) estão no interdiscurso, ganhando corpo, sentido e estabelecendo relações de aproximação e de distanciamento, fazendo, através desse movimento, surgir as formações discursivas – regionalizações dos enunciados, dos sentidos.

Entender esses conceitos com base nas características da heterogeneidade e alteridade se faz necessário quando pensamos que interdiscurso e FD são, em seu conjunto, o resultado - indefinido e aberto - de uma diversidade de enunciados, sentidos e ideologias. Os discursos, pois, não surgem a esmo, nem de lugar nenhum, mas justamente do dinâmico e conflituoso interior dessas FDs e do seu conjunto, sempre margeadas e irrompidas do/pelo interdiscurso.

É essa dimensão vertical, a do interdiscurso, que gerencia a repetição, ao passo que instaura o esquecimento, o apagamento. Assim, o interdiscurso de uma FD pode ser considerado como o que regula o deslocamento das fronteiras da(s) FDs (ORLANDI, *op. cit.*).

Dessa forma, o já-dito (as formulações anteriores) constitui, numa relação dinâmica, instável e de aparentes contradições, os “novos/outros” discursos. É nessa relação “paradoxal” com o exterior – outras formações -, que a “FD traz a alteridade para dentro do mesmo, fazendo com que se desestabilize a garantia de homogeneidade sócio histórica de um corpus” (GRIGOLETTO, *op.cit.*, p. 31).

Diante desse quadro é que propomos pensar a FD como uma fronteira que se reserva a aberturas, a “furos” e espaços não preenchidos e, cremos, nunca preenchíveis, haja vista que, à medida que o sujeito se expõe a uma ideologia, um duelo se instaura entre o já armazenado/arquivado e o “novo”, o outro que invade, que provoca e desestabiliza aquilo pretensamente assentado.

É dessa forma que a AD concebe a interpretação com base em filiações de sentido. Na medida em que nos inscrevemos em uma ou em outra FD, enunciamos e “fazemos” sentido.

Representações de língua e “contradições” no discurso da variação linguística em “provas de língua portuguesa” do Enem

Antes de demonstrarmos nossa análise, vale ressaltar que 9 competências e 30 habilidades orientam a elaboração das 45 questões sobre linguagem. Seleccionamos, a seguir, as três habilidades da competência de área 08. Explicitamos essa área por ser através dela que o Enem se propõe a abordar a língua sob a ótica da heterogeneidade, enfatizando a necessidade de “compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade”:

Em busca de possíveis representações sobre a língua, com base nas descrições acima, trazemos à baila a questão 122 – Enem 2009, onde percebemos uma filiação de sentido que concebe a norma padrão (NP) como variante possibilitadora da identificação entre etnias diversas. Nessa questão, perceberemos que a NP é entendida como capaz de homogeneizar as diferenças e aproximar os desiguais.

O “texto-pretexto”, nesse caso, é um diálogo entre dois grupos supostamente “distintos” – índios e não índios. À NP, entendida enquanto variante “unificadora”, cabe, pois, possibilitar o diálogo, a compreensão linguística entre etnias diferentes.

<p>Texto para as questões 121 e 122</p> <p>Quando eu falo com vocês, procuro usar o código de vocês. A figura do índio no Brasil de hoje não pode ser aquela de 500 anos atrás, do passado, que representa aquele primeiro contato. Da mesma forma que o Brasil de hoje não é o Brasil de ontem, tem 160 milhões de pessoas com diferentes sobrenomes. Vieram para cá asiáticos, europeus, africanos, e todo mundo quer ser brasileiro. A importante pergunta que nós fazemos é: qual é o pedaço de índio que vocês têm? O seu cabelo? São seus olhos? Ou é o nome da sua rua? O nome da sua praça? Enfim, vocês devem ter um pedaço de índio dentro de vocês. Para nós, o importante é que vocês olhem para a gente como seres humanos, como pessoas que nem precisam de paternalismos, nem precisam ser tratadas com privilégios. Nós não queremos tomar o Brasil de vocês, nós queremos compartilhar esse Brasil com vocês.</p> <p><small>TERENA, M. Debate. MORIN, E. Saberes globais e saberes locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (adaptado).</small></p>	<p>Questão 122</p> <p>Na situação de comunicação da qual o texto foi retirado, a norma padrão da língua portuguesa é empregada com a finalidade de</p> <ul style="list-style-type: none"> A demonstrar a clareza e a complexidade da nossa língua materna. B situar os dois lados da interlocução em posições simétricas. C comprovar a importância da correção gramatical nos diálogos cotidianos. D mostrar como as línguas indígenas foram incorporadas à língua portuguesa. E ressaltar a importância do código linguístico que adotamos como língua nacional.
---	--

Questão 122 - Enem 2009 (caderno azul).

Percebemos que o “texto-pretexto” dessa questão é extraído de um livro que textualizou um diálogo entre dois grupos sociais diferentes: índios estabelecem contato com não índios. Nesse diálogo, está a tentativa de discutir as idéias e os traços que os aproximam enquanto “filhos” do Brasil.

O enunciado solicita que se encontre a “finalidade” para o emprego da NP. Quando textualiza que existe uma finalidade para o uso de uma norma, a questão sinaliza para uma perspectiva funcional da variante, ou seja, que essa norma pode ser usada com vistas a um objetivo ou uma



finalidade, o que demonstra haver efeitos de sentido em torno da relação entre normas e usos. O discurso da variação é, portanto, materializado.

No entanto, há também a presença da ideologia normativo-purista, quando entendemos que a interlocução acontece entre índios e não índios. A interpretação pode ser: duas etnias são postas em situação de interlocução e apenas a NP permite esse diálogo. A ideologia da homogeneização, da formalidade linguística, através da NP, é abordada como meio possibilitador de interação e compreensão entre grupos distintos.

Como resposta correta, temos a alternativa “B”, o que corrobora nossa interpretação de que só através da uniformização possibilitada pela NP é possível “situar os dois lados da interlocução em posições simétricas”.

A ideologia subjacente à alternativa correta é a de que a NP é a variante que une e aproxima os desiguais, que são postos, através dessa norma, em posições simétricas, sem hierarquias.

A língua, nesse caso, é vista como um código uno e abstrato, capaz de favorecer a compreensão. Seu uso é justificado por essa necessidade de estabelecer comunicação. Implícita a essa questão, está a necessidade de conhecer essa variante para tomar um “lugar social”, poder fazer uso da palavra, posicionar-se e interagir. Dialogar por meio de outra norma seria, do ponto de vista dessa ideologia, incorrer em erros e inviabilizar o diálogo. Portanto, há um modo certo de organizar o raciocínio, de se comunicar. Esse modelo é representado pela NP.

Conclusões

A análise demonstrada nos permitem dizer que as representações de língua manifestas no *corpus* desta pesquisa não concebem as nuances que constituem a heterogeneidade linguística. O discurso sobre a língua é, pois, tenso, conflituoso, na medida em que é atravessado por outros discursos que também dizem a língua sob a ótica da uniformidade e abstração.

Pelo fato de coexistirem muitos discursos sobre a língua, o discurso do *corpus* analisado é permeado, clivado por outros dizeres. Como aspectos caracterizadores do discurso textualizado nas “provas de língua portuguesa” do Enem estão dicotomizações, resistências, silenciamentos, mas também aproximações e entrecruzamentos. Nesse sentido, existem posições em jogo em torno da conceituação da língua, ora alinhando-se a sentidos mais reais/flexíveis/heterogêneos, ora a sentidos mais ideais/inflexíveis/homogêneos.

Essas conclusões nos trazem reflexões sobre a heterogeneidade constitutiva do discurso, tendo em vista sua filiação ao interdiscurso e suas diferentes regionalizações de sentidos (as FDs). As representações da língua no discurso do Enem analisado, portanto, advêm de diferentes filiações de sentido, concebendo a existência da variação linguística, mas atrelando essa ideia a perspectivas estanques, homogêneas e ideais.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **ENEM**: documento básico. Brasília: MEC/INEP, 1998.
- _____. **ENEM**: fundamentação teórico-metodológico. Brasília: MEC/INEP, 2005.
- _____. SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002 a.
- _____. **Matriz de Referência para o Enem 2009**: linguagem, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2009.
- BORTONI, S. M. **Nós chegamos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso**: cultura escrita, educação e participação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- COSERIU, Eugênio; LAMAS, O. L. Linguagem e política. In: **Linguagem e Discurso**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social. In: FARACO, Carlos Alberto [et al.]. **A relevância Social da Linguística**: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. Português do Brasil: a variação que vemos e a variação que esquecemos de ver. In: **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. A cena enunciativa. In: **Novas tendências em análise do discurso**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- ORLANDI, Eni P. a leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.